XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Cultura urbana contemporánea y el patrimonio ennoblecido.

Rogerio Proença Leite.

Cita:

Rogerio Proença Leite (2009). *Cultura urbana contemporánea y el patrimonio ennoblecido. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: https://www.aacademica.org/000-062/150

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto*. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: https://www.aacademica.org*.

Cultura urbana contemporánea y el patrimonio ennoblecido

Rogerio Proença Leite
(UFS - CEMI/UNICAMP - Brasil)

Resumen
Una de las principales consecuencias de los procesos de gentrificación (ennoblecimiento) está tratando de crear un espacio público ordenado, limpio y minimizan los aspectos del conflicto, lo que hace que la ciudad imaginada y la conversión de una reinvención de su pasado y los presuntos tradiciones compartidas. Entrelazados en forma de consumo y de entretenimiento, el espacio histórico es una alegoría de la reclasificación de los espacios públicos diseñados, supuestamente perdidos. Las intervenciones dirigidas a un mayor desarrollo urbano donde se han producido una idea de la herencia que podemos añadir una idea de espacio público para mejorar como una atracción turística y de entretenimiento. Sin embargo, los usos prácticos y simbólicos de estos espacios revelan las asimetrías en los significados atribuidos a los patrimónios bienes espaciales y los usos que dan lugar a distintas demarcaciones de la diferencia. Este artículo pretende analizar las manifestaciones de la cultura urbana en las zonas que transforman el espacio público en espacio para el espectáculo, entretenimiento y consumo, con la comparación empírica del caso de Recife, Brasil, y la ciudad de Porto, Portugal. **Introdução** As razões de uma análise comparativa entre Brasil e Portugal, nomeadamente no que se refere às intervenções urbanas em cidades históricas tem um duplo valor heurístico para os estudos urbanos contemporâneos. Primeiro, por permitir cotejar um aspecto tácito do método comparativo, qual seja, o de verificar as semelhanças e dessemelhanças de experiências que foram relativamente similares em seus fins pretendidos, mas que resultaram em práticas de intervenção e usos singulares do espaço em cada caso. Segundo, por possibilitar avançar no refinamento dos marcos conceituais do que hoje se denomina por *gentrification* (enobrecimento).

Embora a reflexão aqui proposta tenha como referentes empíricos as experiências de intervenção urbana nas cidades de Recife e Porto, gostaria de esclarecer inicialmente que não é objetivo do trabalho realizar um amplo estudo comparado de casos. Ao contrário, a intenção proposta é discutir mais as características dos processos de intervenção do que os seus produtos em si. Dessa feita, os casos aqui utilizados servem como rebatimento empírico de uma reflexão que venho tentando sistematizar acerca dos processos contemporâneos de enobrecimento urbano, sobretudo no que se refere às práticas de consumo cultural do patrimônio histórico e à formação dos espaços públicos em suas interfaces com os usos e contra-usos desses espaços enobrecidos (Leite, 2007).

A formação das paisagens espetacularizadas, ou para usar a expressão de Sharon Zukin (1995), as "paisagens de poder", ganha contornos cenográficos em decorrência de alguns fatores estético-funcionais e políticos, os quais constituem os aspectos centrais que gostaria aqui de analisar comparativamente. Dessa feita, pretendo neste artigo abordar duas características que me parecem centrais e recorrentes nos processos de enobrecimento: [1] a espetacularização da cultura; [2] a formação de socioespacialidades e a construção de um espaço público fragmentado, marcadamente multipolarizado pelo que chamei de *contra-usos* (Leite, 2007).

Pretendo argumentar que a confluência desses dois fatores, quando reincidentes, pode contribuir para fazer desses espaços lugares de disputas práticas e simbólicas que resultam numa espécie de contra-revanche da cidade, que esvazia as práticas interativas e desertifica os espaços antes enobrecidos.

Paisagens enobrecidas: cidades e cultura espetacularizadas

Não é demais iniciar sublinhando que esses processos a que chamamos de *enobrecimento* estão marcados por muitas controvérsias conceituais. Embora com várias décadas de uso, o termo ainda é relativamente difuso e se presta a explicações acerca de situações empíricas muito distintas, que não raramente causam o incômodo ao qual se refere Silvana Rubino (2003), ao analisar como o termo retém certa polissemia a partir dos diferentes autores que o utilizam.

Desde o seu primeiro enunciado, em 1964, pela socióloga britânica Ruth Glass Ruth Glass em *London: aspects of Change,* o termo vem sendo usado para designar

diferentes formas de intervenção urbana, que variam dos processos de "regeneração", "reabilitação" ou "revitalização" de áreas ou sítios patrimoniais de alto valor histórico, sejam eles residenciais ou não; às práticas contemporâneas de reestruturação urbana em larga escala que criam áreas enobrecidas, seja para abrigar empresas multinacionais nos chamados megaedifícios inteligentes, seja para erguer condomínios residenciais de luxo para as classes médias e altas (Smith, 1996; Less et al, 1998).

Há muitas razões para o interesse crescente acerca dos estudos sobre os processos de enobrecimento urbano, como ressalta Loretta Less, Tom Slater e Elvin Wily (1998), a partir dos estudos de Cris Hamnett e de Brian Berry e Larry Bourne. A lista dos diferentes interesses acadêmicos pelo fenômeno não chega a surpreender, mas é curioso como destoam em seus significados que variam do entendimento de que as práticas de enobrecimento são uma expressão do neoliberalismo no urbanismo e do entrelaçamento dos processos de globalização; que são um dos mais importantes aportes teóricos sobre políticas urbanas ou que se configuram como campo de batalha disciplinar para a geografia, sociologia e arquitetura (Less et al, 1998).

Em outra perspectiva, as práticas de enobrecimento ganham relevo por serem consideradas expressões pós-modernas do planejamento urbano contemporâneo. Autores como Harvey (1992), Zukin (1995), Featherstone (1995) e Jameson (1997) têm apostado nessa hipótese, amparados em certas características estéticas e funcionais predominantes nesses processos, tais como: forte apelo visual, reinterpretações justapostas de estilos arquitetônicos, ênfase na monumentalidade e na perspectiva mercadológica no trato do patrimônio histórico.

Resguardas as diferenças que marcam os distintos tipos de enobrecimento urbano, pode-se dizer que eles consistem em um tipo específico de intervenção urbana que altera a paisagem urbana através da acentuação ou transformação arquitetônica com forte apelo visual, adequando a nova paisagem às demandas de valorização imobiliária, de segurança, ordenamento e limpeza urbana voltadas ao uso ou reapropriação por parte das classes médias e altas, que resulta em espaços com forte inflexão segregacionista mediante demarcações sócio-espaciais que fomentam a fragmentação do espaço em diferentes *lugares* (Leite, 2007).

Quando os espaços são sítios ou centros históricos, os processos de enobrecimento agregam outras características, a exemplo do reforço simbólico de alguma idéia de pertencimento ao lugar – ainda que difusa – através da

retradicionalização da cultura local; ao mesmo tempo em que distende as possibilidades de visitação e interação com esses espaços históricos, ao promover a destradicionalização do patrimônio (Fortuna, 1997), a espetacularização da cultura e sua inserção na cultura de consumo (Featherstone, 1995).

Outro aspecto central nesses processos de enobrecimento é a pretensão, ao menos em nível discursivo, de reativar aquilo que os urbanistas costumam chamar de "espaço público". Embora para as Ciências Sociais esse conceito retenha uma maior complexidade teórica (Leite, 2002), uma vez que o espaço público, como categoria analítica da vida urbana tem como elementos constitutivos os conflitos e as diferentes demandas da cultura urbana conteporânea, os gestores urbanos entendem o espaço público como um mero espaço aberto de convivência, não raramente confundindo espaço público com logradouro público. A despeito dessa diferenciação conceitual, parte substantiva dos projetos de enobrecimento se refere às possibilidades de retorno ao centro das cidades e a uma vida pública de calçadas seguras e vitrines lustrosas, quase numa espécie de nostalgia de uma *belle époque* perdida. O modelo continua a reproduzir tardiamente o principio da higienização social da Paris de Haussmann, agora de forma alterada e adequada à cultura de consumo da sociedade contemporânea.

Parte dos estudos de casos sobre diferentes experiências de enobrecimento no Brasil e em Portugal (Fortuna, 1997; Pinho, 1997; Scocuglia, 2004; Ferreira, 2005; Rubino, 2005; Botelho, 2006; Peixoto, 2006; Tamaso, 2007; Barreira, 2007; Leite, 2007; Bezerra, 2008) sinaliza para convergências das características acima destacadas. Se as aproximações observáveis nesses estudos não permitem ainda generalizações conceituais robustas, fornecem indicadores para um início de reflexão comparada acerca das ressonâncias dos processos de enobrecimento em diferentes contextos urbanos.

Os quatro casos que tomo aqui como referentes empíricos para a inflexão analítica proposta reforçam certas características reincidentes nesses processos, ao tempo em que permitem observar variações e dessemelhanças típicas e singulares dos diferentes casos. Recife, embora tivesse residências periféricas à época do seu processos de enobrecimento, as práticas que ali predominaram foram tipicamente o que se pode chamar de "enobrecimento de visitação", como sugere a pesquisadora francesa Bidou-Zachariasen (2006). Esse tipo de intervenção tem forte apelo turístico e nenhuma intervenção voltada a recuperar moradias da população de baixa renda que residualmente habitava aqueles sítios. O aspecto residencial dessa modalidade ocorre

pela criação de hotéis de luxo, onde antes eram casarões em franca deterioração física. Essa modalidade de enobrecimento, que é predominante no Brasil, reflete a realidade de "decadência" dos centros históricos brasileiros e do movimento migratório residencial para áreas mais afastadas da cidade.

A cidade portuguesa do Porto se enquadra em outro tipo de enobrecimento, muito típico das cidades históricas européias, que se pode denominar de enobrecimento residencial. Embora os bairros portuários da área da cidade do Porto, sobretudo a área Ribeira-Barredo, igualmente ao Recife, tivessem uma situação periférica de residências das camadas mais baixas, havia uma população residente mais densa do que nos casos brasileiros.

Essas diferenciações, contudo, não são excludentes. A rigor, as duas cidades mantinham características residenciais em diferentes níveis de adensamento e igualmente foram objeto de intervenções voltadas à transformação do patrimônio histórico em mercadoria para o consumo cultural. Sobre esse aspecto, uma das diferenças entre os casos é o tipo de resultado pretendido em relação à permanência ou não dos moradores antigos. Em outras palavras, se incorporaram em seus projetos de intervenção ações voltadas à recuperação das condições residenciais de permanência dos moradores. Este é um aspecto importante para a análise dos processos de enobrecimento por duas razões: pelo atribuído caráter segregacionista dessa forma de intervenção urbana, que em muitos casos inviabiliza a permanência dos moradores antigos; e pela intenção de alterar dos usos dos espaços para adequá-los às demandas do mercado.

Em resumo, as principais etapas por que passam esses centros históricos se inicia com a plena existência do centro como estrutura funcional da vida urbana que agregam as primeiras manifestações de uma cultura urbana. Em um segundo momento, por vários fatores relacionados à crescente urbanização, perdem sua importância socioeconômica, sendo estigmatizados e demandando uma percepção de sua desvalorização social. Numa etapa seguinte, reclamam e adquirem uma identidade patrimonial , reinserindo-se na pauta das políticas urbanas. É nesse momento em que ocorrem as intervenções urbanas que não raramente desembocam em práticas de enobrecimento, mediante a reinvenção do patrimônio e a construção de uma nova imagem da cidade. Os centros ou sítios históricos passam a ter seu atribuído valor

patrimonial e se transformam em foco nodal de intensivas políticas urbanas e maciços investimentos públicos e privados (Leite & Peixoto, 2008).

A espetacularização da cultura

O enobrecimento por via da requalificação de sítios históricos se dá mediante a instalação de serviços e da promoção de uma oferta extensiva de cultura, lazer e entretenimento para as classes médias e altas.

Em geral, a situação que antecede essas intervenções é caracterizada por um declínio abrangente do sítio, tanto em seu aspecto físico (deterioração das edificações, do mobiliário urbano e da infra-estrutura sanitária, dentre outros aspectos), quanto em seu aspecto simbólico (decaimento da importância do sítio em relação a outras áreas da cidade; perda de centralidade e crescente representação social negativa, muitas vezes relacionada à insegurança e ao caráter inóspito e marginal do local). A despeito desse diagnóstico problemático, essas áreas mantêm forte significado para a história da cidade, exatamente por terem sido locais de grande visibilidade e importância econômica, política e cultural.

O bairro do Recife é o marco zero da cidade e foi o núcleo original que deu origem ao primeiro plano urbanístico do Recife, através do holandês Mauricio de Nassau e que, após a retomada do domínio português, se constituiu em dos mais importantes centros financeiros da colônia, em virtude do seu porto e da economia açucareira. No início do século XX, foi agregado um considerável valor urbanístico e arquitetônico, por ter o bairro passado pela mais ampla e polêmica reforma brasileira ao estilo da *belle époque* da Paris de Haussmann, que o reconstruiu no estilo eclético (Leite, 2007). Mesmo em sua fase mais "decadente", o bairro do Recife manteve no imaginário local a sua importância histórica, por ter sido o local onde a cidade se originou. Mais do que isso, para o ufanismo recifense, ali é o mais do que o centro do país. Na última intervenção no bairro, foi inscrita no chão do Marco Zero a significativa frase: "e*u vi o mundo...ele começava no Recife*"[1]

A cidade do Porto, em Portugal, foi igualmente um centro estratégico na economia de toda a região do Douro, em virtude da intensa vida social e comercial do

[1] O desenho do piso, com a rosa dos ventos e a referida frase, foi uma concepção do artístico plástico pernambucano Cícero Dias, radicado em Paris e falecido recentemente, baseado em sua própria obra.

local. Como se costuma dizer em Portugal, "Lisboa diverte-se, o Porto trabalha, Coimbra estuda, Braga reza". A atribuição de valor à cidade com base nas atividades comerciais é antiga e se relaciona à própria fundação da cidade, considerada pelos seus patrícios o berço da nação portuguesa. Essa representação decorre de uma espécie de mito da fundação, no qual é atribuído à cidade a origem do nome do país, em função da independência do Condado Portucalense, que teria originado a palavra Portugal, através das expressões toponímicas "porto" e "cale" (Fortuna & Silva, 2002). Considerada a "Manchester portuguesa", porto reteve esse imaginário de uma cidade ativa, liberal e progressista. Mesmo no contexto de decaimento dos usos dos seus bairros históricos, sobretudo a partir dos anos 60 do século XX com uma considerável redução de sua população residente[2], o Porto manteve sua centralidade em decorrência da forte inflexão histórica que permeia a imagem da cidade.

O contexto cotidiano da cidade antes das recentes intervenções era marcado por uma imagem de cidade estagnada, pequena e tradicionalista, com a predominância de pequenas famílias e grupo de influência (Fortuna, 1997). Nos anos 80, exatamente no contexto em que ocorre a acentuação dos processos de patrimonialização e enobrecimento em várias cidades do mundo, inicia-se no Porto as intervenção que iriam transformá-la em pólo atrativo de lazer e turismo, mediante o que Carlos Fortuna (1997) denominou de "destradicionalização da imagem da cidade", ao se referir ao caso de Évora. Essas transformações representaram, na perspectiva analítica de Paulo Peixoto (1997), uma pioneira experiência, em Portugal, do uso dos recursos patrimoniais para a inserção global da cidade.

A *destradicionalização* a que se refere Fortuna consiste em um estratégico mecanismo do planejamento urbano contemporâneo, voltado à revalorização da cultura e do patrimônio, com vistas à adequação das cidades ao contexto de "concorrência intercidadades":

> "*a destradicionalização é um processo social pelo qual as cidades e as sociedades se modernizam, ao sujeitar anteriores valores, significados e acções a uma nova lógica interpretativa da intervenção. Essa destradicionalização é movida pela necessidade de cada revalorizar os seus recursos, reais ou potenciais, como forma de se reposicionar no mercado da concorrência inter-cidades, cada vez mais competitivo*" (Fortuna, 1997: 234).

[2] Segundo dados da Rede Atlante (2005), entre 1940 e 2001, a população residente na região histórico do Porto baixou de 16% para 5% da população total da cidade.

Esse processo, portanto, não significa o abandono da tradição, mas sua reelaboração, à luz das demandas mercadológicas que permeiam as intervenções urbanas contemporâneas, sejam elas do tipo *gentrification* ou não. Nos casos em que as intervenções podem ser consideradas enobrecedoras, podemos dizer que essa *destradicionalização* se radicaliza ao seu ponto máximo, com a possibilidade de uma completa alteração dos sentidos atribuídos ao patrimônio, sendo inclusive acrescidos valores antes inexistentes. E, em decorrência disso, permitem alterações profundas nos usos e nos usuários, atingindo, sobretudo, antigos moradores que em geral são alvos de uma almejada substituição, por outros mais adequados aos novos usos pretendidos pela intervenção. Em certos casos, essa alteração ganha contornos drásticos com a expulsão de antigos usuários, configurando o que Certeau chamou de "curetagem social" (Certeau, 1996). Noutras situações, pode ocorrer a busca por moradores e usuários com novos perfis, sem descartar, contudo, aqueles já existentes.

Deve-se, nesse ponto, sublinhar uma diferença significativa entre os casos brasileiros e portugueses, que pode ser considerado em atenuante conceitual para o enquadramento das experiências portuguesas no tipo de intervenção enobrecedora. Dada as características residenciais do Porto, o tipo de enobrecimento que ali pode ter ocorrido apresentou uma preocupação menos incisiva com a substituição de moradores, como foi o caso do Recife. A propósito, o Estudo sobre o Despovoamento dos Centros Históricos da Rede Atlante (2005), projeto que visa melhorar as cidades Atlânticas Patrimônio Mundial da UNESCO, da qual faz parte o Porto, tem em nota introdutória que faz uma importante observação em defesa da habitabilidade dos centros históricos:

> *"A teatralização do espaço urbano, onde o patrimônio serve unicamente de cenário para eventos culturais ou para enquadrar as fotografias dos turistas, não é aceite pela rede das cidades que trabalham em conjunto uma série de temas que pretendem contribuir para a revitalização dos centros históricos"* (Atlante, 2005)

Não deixa de ser interessante observar que, a despeito dos processos brasileiros e portugueses terem almejados os mesmo resultados, qual seja, a destradicionalização dos seus patrimônios para a inserção dos seus respectivos centros históricos na concorrência intercidades, o discurso brasileiro foi mais abertamente voltado à criação de espaços de

espetáculo urbano, talvez porque a dimensão residencial do Recife era menos acentuada. Por outro lado, a preocupação portuguesa em não criar meros cenários, não evitou que a destradicionalização ocorresse no Porto, promovendo inclusive a mesma espetacularização da cultura dos casos brasileiros.

O que entendo por espetacularização da cultura é a acentuação ou criação de traços culturais que objetivam caracterizar a singularidade de um espaço urbano, através de um forte apelo visual e de práticas sociais momentâneas, em vistas a apreensão consumível da história e da cultura na forma de uma mercadoria. A idéia de espetacularização da cultura sempre esteve presente, nas mais diversas formas, nos processos de intervenção urbana. A monumentalidade arquitetônica talvez seja a mais conhecida delas, e tem sido a parte mais notável e constitutiva desse discurso espetacular que certas reformas intentam imprimir, em busca de uma maior visibilidade, distinção e apelo estético. As políticas de enobrecimento, assim como as suas práticas precursoras de *protogentrification*, a exemplo da conhecida reforma de Haussmann, em Paris, e das intervenções de Otto Wagner na Viena do *Ringstrasse*, são notadamente experiências monumentais, seja na arquitetura ou nos largos traçados urbanos (Schorske, 1990).

Contudo, a monumentalidade arquitetônica e urbanística não é única forma de espetacularização da cultura. No Brasil, o forte apelo da suposta e discutível autenticidade da cultura popular tem sido um dos mais poderosos recursos para a retradicionalização desses espaços enobrecidos, em uma perspectiva espetacular e mercadológica da cultura.

O processo é bastante conhecido: com já pude observar anteriormente quando estudei o Bairro do Recife (Leite, 2007), a ação consiste em fomentar a apresentação de manifestações da cultura local, como forma de ativar certos parâmetros de legitimidade cultural desses espaços. Entretanto, muitas vezes são manifestações que nada têm haver com a localidade e que são apresentadas como típicas, a fim de criar esses possíveis lastros de identidade. O problema é que, de fato, trata-se tão somente de uma espetacularização retradicionalizada, na medida em que o objetivo é criar uma identidade tematizada (Costa, 2002) para estimular consumidores. O objetivo é, em última análise, atrair novos usuários, tendo como referência as possibilidades de consumo do espaço, seja na forma do acesso aos bares e restaurantes, seja na forma do consumo simbólico dessas manifestações artístico-culturais.

Dessa feita, a noção de espetacularização da cultura é derivativa do conceito de destradicionalização, na medida em que supõe uma ressignificação dos valores culturais e do patrimônio, mas a extrapola, na direção de uma exacerbação visual e cenográfica do espaço urbano e das práticas sociais voltadas ao consumo simbólico. As principais ressonâncias da espetacularização da cultura nos processos de enobrecimento, sejam eles residenciais ou não, residem numa forte demarcação socioespacial da vida pública, na medida em que os usuários são espacialmente orientados em suas interações cotidianas, em função dos usos desejados/pretendidos para aqueles espaços intervindos. Não raramente, essa demarcação incide sobre a forma de estar nesses espaços, cujas sociabilidades públicas estão fortemente marcadas pelas (in) possibilidades de interação, aspecto sobre o qual me deterei no tópico seguinte.

A espetacularização da cultura nas quatro cidades aqui elencadas se deu em moldes semelhantes e todas a partir do final dos 80, período em que começa a proliferar esse tipo de intervenção em muitas cidades americanas e européias. A busca da monumentalidade visual reforçou os aspectos cenográficos dos espaços, seja mediante a restauração das edificações com forte ênfase nas fachadas e nos efeitos de luz, seja mediante intensa publicidade sobre as potencialidades turísticas dos locais. O incremento das atividades artístico-culturais reforçou a ambientação voltada às atividades de lazer, consumo e entretenimento.

Após as intervenções e as ações de restauro, as áreas consideradas inóspitas e deterioradas dessas cidades ganharam novos mobiliários urbanos, nova iluminação e algumas melhorias na rede sanitária. Velhos casarões foram transformados em hotéis, lojas de vinho e artesanato, *pubs* e sofisticados restaurantes.

Espaço público como espetáculo urbano. O Largo do Marco Zero no auge das animações culturais. Foto do autor, 1999.

As rotinas cotidianas mudaram: intensificada a presença de turistas, os próprios habitantes das cidades passaram a freqüentar esses espaços com mais regularidade, após terem sido transformados em locais de encontro, de festas e de novas sociabilidades urbanas. O bairro do Recife se transformou numa importante centralidade do ufanismo pernambucano, convergindo para o seu velho centro atividades de cunho cultural e político, com direito a homenagens a Maurício de Nassau (outrora, um invasor) e à reativação da memória de um bairro que fora holandês (Leite, 2007). Até hoje, o bairro se presta a megaeventos artísticos, ainda que suas atividades tenham se arrefecido consideravelmente.

Com o projeto "Porto Feliz", a cidade do Porto reverteu a imagem "decadente" da Ribeira e seu entorno, criando um espaço de encontros festivos e animação cultural, imprimindo forte visibilidade à antiga área portuária. Sobretudo a partir da criação do Comissariado para a Renovação Urbana da área da Ribeira-Barredo – CRUARB, as intervenções ganharam corpo e a intervenção se alargou para a outra margem do Rio Douro, atingindo parte da área portuária de Vila Nova de Gaia. As duas cidades criaram suas próprias dinâmicas competitivas, mas ao final uma se beneficiou da "revitalização" da outra. Como uma imagem a se refletir pelas águas do rio, criou-se uma espécie de "Miraporto" em contraponto a Miragaia, bairro famoso da cidade do Porto.

Paisagem cenográfica: a Ribeira do Porto.
Foto do autor, 2007

Uma importante nota se faz necessária nesse momento. Os processos de intervenção no Recife, Porto e Vila Nova de Gaia apresentam duas conhecidas característica dos processos de enobrecimento: o realojamento de antigos moradores que, sob o argumento da eminência de desabamento de algumas edificações, foram

deslocados para outras áreas da cidade; e o contraste visível ao transeunte entre os espaços intervindos e as áreas do entorno que não sofrerão intervenção.

Ruas não "revitalizadas" que dão acesso ao perímetro enobrecido do Porto.
Foto do autor, 2007.

Nos casos citados, o acesso aos espaços "enobrecidos" se dá necessariamente por ruas e praças que ficaram fora do perímetro "revitalizado", anunciando a face real da cidade, com as edificações deterioradas em estado "natural" de envelhecimento, com as ruas pouco iluminadas e sem recursos adicionais de vigilância humana e eletrônica. Esse aspecto reforça o caráter cenográfico para quem chega a pé a essas localidades. Os itinerários urbanos que orientam os deslocamentos são anunciados de um tipo de planejamento estratégico que está mais preocupado com a imagem a ser exposta do que com a integração dos seus moradores à renovação do patrimônio edificado (Peixoto, 2006).

Em ambos os casos referidos, houve considerável reanimação do comércio local, a inserção das cidades nos fluxos turísticos nacionais e internacionais, a reativação dos usos do espaço e das sociabilidades urbanas, o realce das características monumentais do patrimônio – associado ao forte apelo visual dos conjuntos arquitetônicos e revalorização das particularidades históricas, revelando casos típicos de destradicionalização e espetacularização da cultura e do patrimônio.

A formação de socioespacialidades e a construção do espaço público

Uma das principais ressonâncias negativas das intervenções urbanas enobrecedoras e que afeta a sua própria sustentabilidade, é inerente a sua própria estratégia urbanística: a criação de uma forte demarcação socioespacial dos usos do

espaço. É um dilema insolúvel. Para reativar os usos do local e restabelecer nichos de consumo diferenciado para atrair consumidores, essas intervenções apostam na "requalificação" dos espaços, criando fronteiras relativamente bem demarcadas entre diferentes usuários. Não raramente, excluindo parte significativa da população local, impossibilitada de interagir nesses espaços, em virtude da forte inflexão mercadológica que elitiza esses espaços. Em conseqüência, são criadas pelos não-usuários zonas de instabilidade que circundam esses espaços, ou neles adentram, instituindo pontos de tensão pela disputa prática e simbólica da cidade. Penso que esse fato decorre também por outras razões, dentre elas a ultrapassada idéia que o patrimônio cultural é capaz deforjar um único sentido de pertencimento a toda uma população, servindo de fator de coesão social. Estudos consistentes sobre os significados polissêmicos do patrimônio (Canclini, 1997; Arantes, 1997; Fortuna, 1998;) já demonstraram o grau de complexidade simbólica que um patrimônio pode ter para diferentes grupos sociais. Diferentes formas de apropriação ocorrem quando esses espaços são intervindos, de acordo com a forma com que os distintos usuários se vêem representados nesses espaços. Ademais, uma forma de conflito latente entre moradores e usuários visitantes se estabelece quando ocorrem essas intervenções, razão pela qual dificilmente esse tipo de intervenção se sustenta por muito tempo. Seja porque os moradores antigos, ainda que residuais, não se vêem beneficiados pelas intervenções, seja porque a presença dos novos usuários altera as rotinas cotidianas, imprimindo certo dinamismo nem sempre desejado por parte da população local.

Uma conclusão parece óbvia ao analisarmos esses processos comparativamente: independentemente dos contextos e das variações entre os processos, o tipo de intervenção voltado à destradicionalização e à espetacularização da cultura e do patrimônio restringe às possibilidades interativas, em decorrência do menor ou maior grau de socioespacialidades criadas. O problema é que o modelo, na forma como concebido, não escapa da armadilha que ele próprio criou: para criar nichos de consumo, precisa selecionar usuários; ao inibir certos usos que seriam contrários ao pretendido para esses espaços, fragiliza a pretendida harmonia urbana ao gerar reações diversas que muitas vezes ganha a conotação do que sugeri ser uma tática simbólica de contestação e afrontamento, na forma denominada de *contra-usos* (leite, 2007).

Não cabe aqui propor nenhum receituário para soluções ao problema, mas parece claro que intervenções enobrecedoras, em suas formas mais típicas, esbarram em

uma inviabilidade tácita: os diferentes interesses e motivações sociais para os processos interativos não cabem em um modelo urbanístico que almeja um único uso predominante. Em alguns casos, a solução encontrada para minimizar os efeitos dos *contra-usos,* foi demarcar ainda mais radicalmente os espaços intervindos, criando diferentes zonas de animação cultural. O caso do Recife ilustra bem essa igualmente equivocada solução. No auge do seu processo, a Prefeitura Municipal do Recife criou diferentes pólos de animação em zonas distintas do antigo bairro, como forma de atender os diferentes públicos consumidores existentes. Em um primeiro momento, parecia que a idéia daria certo, uma vez que reforçou as distâncias fronteiriças entre os diferentes lugares do bairro. Mas as zonas de contato permaneceram fluídas, as fronteiras negociadas foram se desfazendo e logo se viam pontos de tensão, na medida em que usos de uma área acabavam se transformando em *contras-usos* em outra. Essas permeabilidades urbanas são inevitáveis nesses processos. Situação semelhante podia ser observada no Recife, com os conflitos e permeabilidades entre a "Favela do Rato" e a área enobrecida (Souza, 2007) ou no processo de "revitalização" da Praia de Iracema,com a favela "Poço da Draga" (Sousa, 2007; Bezerra, 2008).

O Porto não tem favelas no sentido brasileiro, mas os antigos moradores da Ribeira que permaneceram em suas residências não pareciam estar muito contentes com o cenário em que o bairro se transformou.

Antigas residências que permaneceram na Ribeira do Porto. Foto do autor, 2007.

Quando das minhas incursões etnográficas no Porto, presenciei a insólita cena de uma moradora reclamar em voz alta do barulho e da presença incômoda de tantos visitantes a rodear sua casa. Obviamente que nem todas as ações de animação cultural serviram para alimentar essas desmarcações sócio-simbólicas da vida publica. Dois eventos ilustram iniciativas menos segregadoras que contribuíram para reativar um certo

espírito de convivência pública. No Porto, o evento *Porto na Rua!* contribuiu para alterar a paisagem cultural da cidade, promovendo, segundo Carlos Fortuna (1997), "[...]uma forma de democratização da comunicação em espaço aberto[...]", numa cidade tão marcada pela convivência nas esferas da domesticidade. No Recife, também existiu algo semelhante, denominado *Domingo na Rua*, evento que promovia uma certa convivência pública de diferentes camadas sociais, sem demarcações sociais muito rígidas. Contudo, há de anotar que essas manifestações são exceções à regra dos processos de *gentrification*, caracterizadamente voltado a demarcações socioespaciais mais definidas e excludentes.

Quando me refiro às (in) possibilidades ou restrições às interação nos espaços espetacularizados, penso, sobretudo, nos constrangimentos sociais advindos dos processos de enobrecimento. A sofisticação de certos espaços, como restaurantes e hotéis de luxo, a adequação extensiva dos espaços para turistas e a pouca atenção dada aos moradores e usuários locais parecem contribuir significamente para a criação dos pontos de tensão que, se permanecerem de modo reincidente, culminam numa certa configuração espacial conflitante que pode ser uma variável importante para se compreender o declínio subseqüente que esses espaços enobrecidos acabam por sofrer.

Esse aspecto remete diretamente o debate ao entendimento sobre os processos construtivos dos espaços públicos nesses contextos enobrecidos. De sápida, creio ser ainda oportuno diferenciar o que para as Ciências Sociais se constitui um espaço público. Ao contrário das concepções correntes no urbanismo, o conceito de espaço público aqui operado não o confunde com o espaço urbano de natureza pública. Como já pude desenvolver em trabalho anterior (Leite, 2007), a noção aqui utilizada se refere auma categoria analítica da sociologia que o vê como um espaço interativo construído a partir das interfaces entre *espaço* e *ação.* Embora se constitua no espaço urbano, é possível entender o *espaço público* como algo que ultrapassa a *rua;* como um conjunto de práticas que se estruturam num certo lugar. Enquanto espaço social, um espaço público não existe *a priori* apenas como *rua* (que, ao contrário, é sempre *rua*, vazia ou não), mas se estrutura pela presença de *ações* que lhe atribuem sentidos. Dessa feita, retomo aqui uma definição proposta anteriormente (Leite, 2007), com a qual entendo o espaço público como uma categoria sociológica constituída pelas práticas que atribuem sentidos diferenciados e estruturam *lugares*, cujos usos das demarcações físicas e simbólicas no espaço os qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento,

orientando ações sociais e sendo por estas delimitados reflexivamente. Enquanto espaço de poder, o espaço público não está obviamente imune às assimetrias do poder e das desigualdades sociais que perpassam a sua construção social.

A questão que se problematiza a partir dessa categoria é como uma noção de espaço público que insiste na liberal noção cívica de convivência, típico dos projetos de "revitalização" urbana, seja no Brasil ou em Portugal, pode se manter em meio às disputas e dissensos que caracterizam esse espaço enobrecidos.

Considerações Finais

Uma das importantes repercussões dessas políticas urbanas se revela na concepção de um espaço público ordenado, higienizado e minimizado de seus aspectos conflituais, no qual "[...] o patrimônio é cada vez mais apresentado como a expressão material de uma idéia pacífica de espaço público, construído com base em uma suposta idéia de passado comum e de tradições compartilhadas" (Leite & Peixoto, 2008).

Constada a inevitável fragmentação desses espaços em lugares de disputa, a questão fundamental é responder em que medida um espaço publico pode ser constituído no interstício dos *lugares* que demarcam espacial e simbolicamente as diferentes identidades. Para Simmel, as possibilidades de coexistência entre diferentes "grupos" somente poderiam ocorrer no espaço que existe "entre" os lugares, porque a coexistência "se verifica siempre realmente entre los dos lugares del espacio, en el que cada cual ocupa un sitio designado y que sólo él llena" (1986: 646).

Quando sugiro que os *entre-lugares* configuram e qualificam os espaços urbanos como *espaços públicos* é exatamente porque são eles que se tornam locais de visibilidade, de disputas simbólicas, práticas de consumo e da busca do reconhecimento público da diferença. Esse tipo de espaço público resulta de uma espécie de *desentendimento* (Rancière, 1996) entre os sentidos construídos pelos lugares – que refletem *diferentes* e *desiguais* representações, relações sociais e modalidades de interação. Em decorrência do processo de descentramento do sujeito (Hall, 2006) , da fragmentação do espaço urbano e das fortes assimetrias que configuram as relações de poder na cidade, essas interações que ocorrem nestes espaços públicos não poderiam serpacificas. A espacializada e conflitante cultura urbana contemporânea precipita e expressa relações de poder, tensões e disputas que caracterizam a vida social,

qualificando e diferenciando certos espaços da vida urbana cotidiana como *espaços públicos*. Seria normativamente válido que as pessoas e grupos e se dispusessem a conviver normativamente com o *outro*, respeitando a diferença. Mas nem sempre é assim, e nem sempre pode ser assim, razão pela qual as dissensões são tão insurgentes, parecendo que estão a solapar a vida pública na cidade contemporânea. Contudo, creio que não resta dúvida que é ainda preferível a possibilidade de *desentendimento* – que assegura um tipo de espaço público na contemporaneidade – à impossibilidade do encontro com o estranho (Sennett, 1976) .

As zonas fronteiriças e os conflitos advindos dos lugares identitários contribuem para a formação dos *espaços públicos* em áreas enobrecidas e carregam a marca da cidade contemporânea: caótica, desordenada, marcada por *contra-usos*. Nestes espaços intervalares, muitas vezes marcados pela efemeridade, a negociação sócio-espacial é fundamental, a violência é latente, o conflito é inevitável: mas neles estão possibilidades concretas da experimentação do imprevisível. São neles que corre a vida cotidiana e nele ainda persiste a rica possibilidade do encontro com o estranho na experiência urbana contemporânea. Não sendo isso, a alternativa que se revela pela observação empírica do estado atual desses sítios históricos "revitalizados" é um lendo e inexorável esvaziamento, numa espécie de anti-enobrecimento gradual pela impossibilidade do modelo de *gentrification* absorver essas demandas assimétricas pelos usos do espaço. Essa seria o que poderíamos chamar de fase pós-revanchista (Leite & Peixoto, 2008), que atinge o auge do contexto de patrimonialização e de suas vulnerabilidades, e encerra um desfecho inevitável e indesejado para gestores e capital. Sugestivamente, esse pós-revanchismo, sinaliza por outro lado uma abertura da cidade àqueles que não tinham espaço nas políticas de enobrecimento. Contudo, o alto preço por essa curiosa e tardia "inclusão social" é a volta desses espaços a condições de esvaziamento e deterioração crescentes.

A Ribeira do Porto vazia: cena de um domingo à noite. Foto do Autor, 2007.

À exceção dos grandes eventos, sobretudo as festas populares como o carnaval brasileiro, o bairro do Recife se esvaziou e pouco resta da efervescência que marcou o auge do seu processo de enobrecimento; a Ribeira do Porto mais parece um cais abandonado, quase às escuras nas noites de domingo.

De tudo isso é possível apreender que algo parece não estar se encaixando muito bem: ou as práticas urbanísticas estão deletérias demais ao supor ser possível criar uma cidade sem levar em conta as diferenças entre as pessoas em suas rotinas cotidianas ou a vida urbana é por definição fugidia a controles excessivos, posto que é o *lócus* fundamental do dissenso que anima a vida pública. Desconfio que as duas razões tenham pertinência. Ambas retêm considerável alcance explicativo para entendermos as dinâmicas contraditórias da cultura urbana contemporânea.

Mas uma terceira hipótese começa a reclamar maior atenção, quando esses processos resultam numa espécie de retorno ao "abandono" inicial: por que não incluir nas políticas urbanas mecanismos que assegurem que certas edificações envelheçam com a dignidade de uma ruína preservada como ruína? Por que temos que perseguir com tanta obsessão a idéia de uma cidade esteticamente ordenada, higienizada e pacífica, preferencialmente sem as marcas da história incrustadas no patrimônio histórico envelhecido, quando as dinâmicas sociais insistem em revelar que a cidade não é passível de uma colonização tão incisa dos espaços públicos (Fortuna, 2002) como pretende esses modelos de intervenção urbana?

Ruínas urbanas no Porto. Foto do autor, 2008

Embora não seja recomendável, não é incomum terminar uma reflexão com outras tantas dúvidas que as respostas anteriormente alcançadas geraram. Contudo, não estou propondo que a ruína seja uma alternativa aos espaços enobrecidos: apenas estou sublinhando que os agentes, sejam eles residentes ou não, não são passivos frente a essas intervenções. Que se leve mais em conta suas aspirações, suas visões de mundo

construídas no curso da vida cotidiana, suas representações sobre o patrimônio e os lugares simbólicos através dos quais constroem suas múltiplas identidades. E findo a reflexão lembrando mais uma vez uma pertinente sugestão analítica que deveria anteceder a elaboração das políticas de enobrecimento:

> "[...] *é preciso pensar em pessoas utilizando e transformando os espaços em que vivem... Paisagens vazias podem ser enganadoras*" (Arantes, 1997).

Referências Bibliográficas

Arantes, Antonio A. (1997), "Patrimônio Cultural e Nação". In: Araújo, Angela M.C. *Trabalho, Cultura e Cidadania*. São Paulo, Scritta.

_____. (2000), *Paisagens Paulistanas: transformações do espaço público.* Campinas, Ed.Unicamp.

Atlante, Rede (2005). Estudo sobre o Despovoamento dos Centros Históricos da rede

Barreira, Irlys Alencar Firmo. (2007), "Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro". *Revista Análise Social*, vol XLII, nº 182, 2007.

Bezerra, Roselane Gomes. (2008), *O bairro Praia de Iracema entre o "adeus" e a "boemia": usos, apropriações e representações de um espaço urbano*. Tese de doutoramento, Universidade Federal do Ceará.

Bidou-Zachariasen, Catherine (2006) *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de "revitalização" dos centros urbanos*. São Paulo, Anablume.

Botelho, Tarcisio R. (2006), "A revitalização da região central de Fortaleza (CE): novos usos dos espaços públicos da cidade. In: Frúgoli, H. ET all. As cidades e seus agentes: práticas e representações. Belo Horizonte, Ed. PUCMINAS; São Paulo, EDUSP.

Canclini, Néstor García. (1997), *Culturas Híbridas*. São Paulo, Edusp.

Certeau, Michel. (1994), *A invenção do Cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis, vozes.

Costa, António Firmino. (2002), "Identidades culturais urbanas em época de Globalização". Associação Nacional de pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 48.

Featherstone, Mike. (1995), *Cultura de Consumo e Pós-modernismo*. São Paulo, Studio Nobel.

Fernandes, Ana et all. (1995), "Operação pelourinho: o que há de novo, além das cores ?" In: *Estratégias de intervenção em Áreas Históricas: revalorização de áreas urbanas centrais*. Recife, Mestrado em Desenvolvimento Urbano - UFPE.

Fortuna, Carlos. (2007), "Destradicionalização e imagem da cidade". In: Fortuna, Carlos (org) *Cidade, Cultura e Globalização. Ensaios de sociologia*. Oeiras, Celta Editora.

_____. (1998), "Las ciudades y las identidades: patrimonios, memorias y narrativas sociales". *Alteridades*, n° 16.

_____. (2002), "Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico". *Revista Crítica de Ciencias Sociais*, 63, outubro.

Fortuna, Carlos; Silva, Augusto Santos. (org) (2002), *Projecto e circunstância: culturas urbanas em Portugal*. Porto, Edições Afrontamento.

Hall, Stuart. (2006), *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11º Ed. DP&A Editora.

Harvey, David. (1992), *A Condição Pós-moderna*. São Paulo, Ed. Loyola

Jameson, Fredric. (1997), *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo, ática.

Leite, Rogerio Proença. (2002) "Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na *Manguetown*". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº49

_____. (2007) *Contra-usos da Cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. 2º Edição, Aracaju, Editora UFS/Campinas, Editora da UNICAMP.

Leite, Rogerio Proença & Peixoto, Paulo. (2008), "O Patrimônio como elixir de políticas urbanas: notas sobre o Bairro do Recife e a Zona Histórica da Cidade do Porto". Porto Seguro, 26ª Reunião da ABA.

Less, Loreta; Slater, Tom; Wyly, Elvin. (2008), *Gentrification*. New York, Routledge.

Peixoto, Paulo J. M. (1997), "Imagens e usos do património urbano no contexto da globalização". Coimbra, Dissertação de Mestrado em Sociologia da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

_____. (2006), O passado ainda não começou: funções e estatuto dos centros históricos co contexto urbano português. Tese de doutoramento em Sociologia, Universidade de Coimbra.

Pinho, Osmundo S. de Araujo. (1997), "Descentrando o Pelô: narrativas, territórios e desigualdades raciais no centro histórico de Salvador". Campinas, Dissertação de Mestrado e Antropologia - UNICAMP.

Rancière, Jacques. (1996), *O Desentendimento*. São Paulo, Editora 34.

Rubino, Silvana. (2003), "Gentrification: notas sobre um conceito incômodo". In: Schicchi, Maria Cristina; Benfatti, Dênio (Orgs.). *Urbanismo: Dossiê São Paulo – Rio de Janeiro*. Campinas, PUC-Campinas; Rio de Janeiro, PROURB-UFRJ.

Schorske, Carl E..(1990), *Viena fin-de-siècle. Política e Cultura*. São Paulo, Companhia das Letras.

Scocuglia, Jovanka B.C. (2004), *Revitalização urbana e (re) invenção do Centro Histórico na Cidade de João Pessoa*. João Pessoa, Ed. UFPb.

Sennett, Richard. (1976), *The fall of public man*. NY/London, W.W. Norton & Company.

Simmel, Georg. (1986), *Sociologia 2: Estudios sobre las formas de socialización*. Madri, Alianza Universidad.

Smith, Neil. (1996), *The New Urban Frontier: gentrification and revanchist city*. London and New York, Routledge.

Sousa Vancarder Brito. (2007), "A cidade e a Favela: "Poço da Draga" e a requalificação urbana em Fortaleza. XIII Congresso Brasileiro de Sociologia, Recife.

Souza, Eder Claudio Malta. (2007), Cenário da exclusão e enobrecimento urbano: a Favela do Rato. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Curso de Ciências Sociais) - Universidade Federal de Sergipe.

Tamaso, Izabela. (2007), *Em nome do patrimônio: representações e apropriações da cultura na cidade de Goiás*. Tese de Doutoramento, Universidade de Brasília.

Zukin, Sharon. (1995), *The Cultures of Cities*. Cambridge, Massachussetts, Blackweell.